



O conceito de escândalo: entre realidade mediática e realidade antropológica¹

António Machuco Rosa²

Resumo: Esta comunicação tem como objectivo analisar o conceito de escândalo. Tomaremos como ponto de partida diversos trabalhos recentes que têm proposto definições de tipos específicos de escândalos. Analisaremos o conceito de escândalo mediático, na linha do trabalho de John B. Thompson. Sustentaremos que não existe uma especificidade dos escândalos mediáticos. Pelo contrário, mostraremos que o escândalo tem uma dimensão antropológica essencial. Nesse sentido, a comunicação baseia-se sobretudo na obra de René Girard, a qual serve como ponto de partida para a definição de escândalo que será proposta. Apesar de a comunicação não ter como objectivo analisar exemplos de escândalos, serão distinguidos dois grandes tipos de escândalos, sendo sublinhada a importância que as ideias cristãs tiveram num desses tipos.

Palavras-chave: escândalo; acontecimento mediático; René Girard

Abstract: This communication aims to analyze the concept of scandal. We will take as a starting point recent studies which have proposed definitions of specific types of scandals. We will analyze the concept of mediated scandal, in line with the work of John B. Thompson. We claim that media scandals aren't specific forms of scandals. On the contrary, we show that scandal has an anthropological essential dimension. In this sense, the communication is mainly based on the work of René Girard, which serves as a starting point for the definition of scandal that will be proposed. Although the communication does not aim to analyze examples of scandals, two major types of scandals will be distinguished, and we underline the importance of Christian ideas in one of those types.

Keywords: Scandal; Media event; History of Press; René Girard

Introdução

Esta comunicação tem como objectivo analisar o conceito de escândalo, tomando como ponto de partida diversos trabalhos recentes que têm proposto definições de um tipo específico de escândalo, o escândalo que irrompe e se desenvolve no espaço dos meios de comunicação social. Esses trabalhos oscilam entre uma aproximação teórica (e.g., THOMPSON, 2000), e uma aproximação baseada na descrição empírica de certos escândalos particulares (e.g., NEWELL, 2010). Seguiremos aqui a aproximação teórica, procurando reformular algumas das definições de escândalo que comentaremos na primeira secção da comunicação.

Um ponto importante consiste em saber se existe uma especificidade própria do conceito de escândalo mediático, associada à emergência histórica dos modernos meios de comunicação. A proliferação de escândalos mediáticos pode levar a pensar que existe de facto uma

¹ Trabalho apresentado no VII Congresso SOPCOM, realizado de 15 a 17 de Dezembro de 2011.

² Professor agregado em Ciências da Comunicação. Professor na Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CETAC.

associação indissociável entre escândalos e mídia. Sustentaremos uma posição distinta, procurando mostrar que os escândalos constituem uma realidade antropológica primária que atesta uma dinâmica social independente da sua exibição nos meios de comunicação tecnologicamente mediada. Com esse objectivo, referiremos a genealogia linguística do conceito de escândalo e, sobretudo, basear-nos-emos na teoria antropológica de René Girard para descrever a dinâmica das diversas fases que caracterizam a maior parte dos escândalos.

Sempre utilizando a teoria de Girard como fio condutor procuraremos distinguir dois tipos fundamentais de escândalos. O primeiro tipo é o mais imediatamente reconhecível, e consiste na imputação directa de uma certa falta a um certo indivíduo. O segundo é mais geral, e consiste na denúncia de todas as situações em que faltamos ao nosso dever fundamental de cuidar das vítimas de todo o tipo, e ele não incide necessariamente sobre uma pessoa em particular. Mostraremos o papel que o cristianismo teve na exigência desse cuidado, de que resultou uma função que tem vindo crescentemente a ser desempenhada pela imprensa.

É importante realçar que deixámos completamente de lado a análise de qualquer escândalo particular. O nosso objectivo consistiu em apresentar um quadro teórico que permita pensar o fenómeno dos escândalos, sendo irrelevante nesse contexto multiplicar exemplos. Os escândalos proliferam diariamente de tal modo que os casos empíricos vêm imediatamente ao espírito. É uma nossa tese que a dinâmica dos escândalos faz implicitamente parte do senso comum, e que essa pertença atesta a sua dimensão antropológica

Conceito de escândalo

Diversos autores têm vindo recentemente a analisar academicamente o conceito de escândalo, tendo sido prestada atenção particular aos escândalos políticos enquanto tipo “específico de escândalo. Por exemplo, Jiménez Sanchés define o “escândalo político como uma reacção pública desencadeada contra um agente político responsabilizado por um certo comportamento que é percebido como um abuso de poder ou uma infracção da confiança social que fundamenta a autoridade do agente” (JIMÉNEZ SÁNCHEZ, 2004, p. 1100). Ou ainda, um “escândalo político consiste numa intensa reacção social de indignação logo que existe um conhecimento público da ocorrência de um certo comportamento levado a cabo por um actor desempenhando um cargo público investido com confiança social” (Idem, p. 1109). Esta definição visa aplicar-se ao caso particular dos escândalos em que intervêm actores políticos, mas é claro que ela tem um alcance mais geral. O agente “político” pode ser um qualquer indivíduo público que é objecto de uma reacção colectiva. Essa reacção pode ser descrita como uma “indignação”. Pode ser

ainda descrita por termos mais fortes, tal como quando o mesmo Jiménez Sánchez (JIMÉNEZ SÁNCHEZ, 1994) refere que o escândalo político envolve a “estigmatização” de um certo agente, a qual leva a atribuir a esse agente uma nova identidade com um estatuto moral inferior. Um escândalo envolve a transmutação de uma identidade. Uma tal transmutação de identidade não pode existir apenas no próprio agente escandaloso, mas como que adquire realidade através dos olhos da “reação pública”.

É muito pouco provável que exista um tipo específico de escândalo – o escândalo político – com características completamente distintas dos escândalos nos quais um agente político não se encontra implicado. O traço distintivo de “escândalo político” é, que, por definição, um actor político é o agente principal de um escândalo... político. Apesar da circularidade, as definições propostas por Jiménez Sánchez apontam para a definição correcta da noção de escândalo – essa noção que faz parte do saber implícito do senso comum – ao salientar a “estigmatização” e a “indignação”. Uma definição mais geral de escândalo exige também referir que um escândalo tem como premissa a divulgação de segredos. “Algo previamente privado, humilhante, deliberadamente escondido, provavelmente ilegal, torna-se público. O transgressor é punido e a ordem social é restaurada.” (KIPNIS, 2010b). Esta é uma definição que, no essencial, aceitamos, ainda que ela tenha de ser reformulada. Existe algo privado que se torna público; existe, acrescentando outros elementos, uma fustigação, uma indignação, uma humilhação ritual; existe uma punição que tem como efeito restaurar a ordem social (cf. KIPNIS, 2010a).

Alguns autores reduziram a aplicação do conceito de escândalo aos escândalos nos quais os actores políticos são as personagens centrais (cf. o conjunto de artigos em LULL; HIMERMAN, 1997 e GARRARD; NEWELL, 2006). Outros, salientaram a especificidade do conceito de escândalo mediático, sustentando que a noção, moderna, de escândalo está intimamente ligada aos meios tecnológicos de comunicação de massas. A presença de uma imprensa com autonomia seria exigida para que os escândalos ocorram; os escândalos “são impensáveis sem a intervenção dos mass media” (WAISBORD, 2000, p. 21).

Um autor que associou estreitamente escândalos e modernos meios de comunicação foi John B. Thompson (THOMPSON, 2000). Ele sustenta que os escândalos apenas podem ser compreendidos no contexto da actual visibilidade mediática (Idem, p. 42). Mas o trabalho de Thompson tem ambições mais vastas, podendo ser visto como a única tentativa académica, oriunda da área da sociologia e dos *media studies*, de elaborar uma teoria geral dos escândalos modernos, tendo-se tornado uma referência para os autores que analisam empiricamente alguns dos inúmeros escândalos mediáticos contemporâneos. Em traços gerais, Thompson define um escândalo como “um certo tipo de transgressão que se torna suficientemente conhecida e então gera uma resposta pública” (Idem, 13). Os escândalos “surgem quando certas actividades, até um

certo momento mantidas escondidas ou secretas, são subitamente reveladas ou tornadas visíveis através dos média. O segredo da actividade é essencial para a sua existência: se os indivíduos que realizam a acção tivessem declarado abertamente aquilo que queriam fazer, eles não poderiam ter seguido os seus actos. Além disso, a exibição pública, geralmente através dos média, da até então actividade escondida ou secreta, é constitutiva do escândalo enquanto escândalo” (THOMPSON, 1995, p. 145)

Sempre segundo Thompson, podemos então enumerar as seguintes características presente no surgimento e desenvolvimento de um escândalo:

Existe uma transgressão.

Existe um segredo, que se torna escândalo conhecido.

Existe uma resposta pública, que é parte integrante do escândalo.

Existem discursos públicos que condenam o escandaloso.

Os escândalos ameaçam a *reputação* dos escandalosos (THOMPSON, 2000, p. 14).

Nesta enumeração, Thompson não é explícito sobre um ponto que vimos ser sublinhado por outros autores: o facto de a resposta pública ter a forma de uma indignação e de uma estigmatização. Mas ele salienta também que a resposta pública é *parte integrante* do escândalo – é escândalo aquilo no qual uma reacção colectiva está presente -, e que portanto este é sobretudo uma realidade social cuja existência não depende fundamentalmente de actos realmente levados a cabo por um certo indivíduo. Ele salienta ainda, correctamente, que os escândalos incidem sobretudo sobre a qualidade intangível, o *ser*, de um certo indivíduo, isto é, sobre aquilo que ele é nos olhos dos outros: a *reputação*, que, por efeito do escândalo, se perde, desaparece.

Por outro lado, existe a tese fundamental de Thompson segundo a qual os escândalos são uma realidade mediática, indissociáveis dos meios tecnológicos de comunicação de massas, sendo apenas compreensíveis no contexto da actual visibilidade mediática. Esta ligação indissociável entre modernos meios de comunicação e escândalo é discutível. Ela já foi contestada por outros autores que analisaram a proliferação actual de escândalos (cf. CANAL; SANDERS, 2006). Esta é a nossa tese. Como procuraremos mostrar, as características que Thompson, correctamente, identifica nos escândalos, não têm como condição necessária de ocorrência a existência de meios de comunicação tecnologicamente mediada. E, na realidade, em diversas das definições propostas por Thompson, os média não são referidos explicitamente. É apenas após ter descrito as características dos escândalos que ele introduz o conceito de escândalo *mediático*, o qual, pelo menos num primeiro momento, apenas acrescenta às características anteriormente identificadas o facto de ser... mediático. É apenas num momento subsequente da elaboração da sua

teoria que Thompson reconhece a existência de escândalos “locais” – que se processam num modo de comunicação face a face -, os quais são contrapostos aos escândalos mediáticos. Estes possuem um alcance bastante maior do que os escândalos locais, e referem-se essencialmente a figuras públicas, elas próprias devendo a sua realidade aos media (THOMPSON, 2000, p. 31 e sq.). Subscrevemos, evidentemente, a ideia de que os escândalos mediáticos têm uma difusão mais alargada que os escândalos locais, mas afirmamos, ao mesmo tempo, que aquilo que caracteriza um escândalo – uma falta, algo secreto que se torna público, uma reacção colectiva condenatória e ostracizante – não exige como condição necessária da sua ocorrência a sua difusão através dos meios de comunicação. Os média são de facto importantes na actualmente interminável proliferação de escândalos, mas os escândalos eles próprios constituem uma realidade antropológica primária. É esse aspecto antropológico dos escândalos que gostaríamos de colocar em destaque nesta comunicação, baseando-nos fundamentalmente na obra de René Girard.

Antropologia do escândalo

A genealogia linguística do termo “escândalo” aponta para o seu significado antropológico. O termo português “escândalo” deriva do grego *Skandalon*, que, por sua vez, deriva de *Skand-*, que significava “coxear”. *Skandalon*, em grego, significava uma “armadilha”, um “obstáculo”, no sentido de algo que tentamos ultrapassar mas que constantemente no-lo impede; é um significado que já se encontrava em hebraico. A tradução usual em inglês, “stumbling block”, veicula bem esse significado, tal como ocorre em francês com “*pietre d’achopement*”. Portanto, veicula-se efectivamente a ideia de um obstáculo ou uma barreira contra a qual um indivíduo choca ao sucessivamente tentar ultrapassá-lo; o *Skandalon* é uma “pedra de tropeço”. O termo surge em múltiplas passagens do Antigo Testamento, onde se começa a tornar claro que *Skandalon* não designa principalmente um obstáculo físico, mas sim um obstáculo espiritual ou moral (cf. THOMPSON, 2000). Os escândalos, os obstáculos, são *outros* indivíduos que me fazem barreira, contra os quais choco e dos quais tenho dificuldade em me libertar.

A expressão “escândalo”, enquanto designa o outro que me aparece como um obstáculo, como alguém por quem sinto atracção e repulsa, desempenha um papel nuclear na teoria antropológica elaborada por René Girard. Ele identifica o escândalo com o desejo mimético.³ O desejo mimético é a cópia do desejo de um outro indivíduo, a aquisição do desejo do outro, de um desejo do outro que passa a ser o *meu* desejo. Ao adquirir o desejo do outro, eu adquiero, possuo,

³ René Girard apresentou inicialmente a sua teoria do desejo mimético em *Vérité Roannesque, Mensonge Romantique*, publicado em 1961 (GIRARD, 1961).

literalmente, o seu *ser*.⁴ Na terminologia de Girard, o outro é o meu modelo, aquele cujo ser acaba por constituir o meu próprio desejo. Contudo, a minha posse literal do ser do outro não é literalmente real. Ela é virtual (trata-se do que Girard designa por desejo metafísico). Se eu admiro o outro, se admiro as qualidades imputadas ao seu ser, tais como o seu prestígio, fama ou poder, e se assim *adquiro* essas qualidades, é um facto que não as posso possuir necessária e realmente. Na medida em que elas lhe pertencem a *ele*, isto é, enquanto pertencem ao seu ser real individuado, elas não podem pertencer ao meu ser real. Enquanto constituem o ser de um indivíduo, essas qualidades não são partilháveis. A sua posse por parte de um indivíduo rivaliza com *idêntica* posse por parte de outro indivíduo. Ou seja, se um indivíduo admira o prestígio de um outro, então existe um que admira e outro que é o objecto de admiração. Evidentemente que um indivíduo que ocupa a posição de admirador pode ele próprio (pelo menos nos tempos modernos, enquanto possibilidade de princípio), num momento seguinte, vir a ocupar a posição inversa, mas a assimetria entre as duas posições existente sempre. A rivalidade é a consequência da incompatibilidade entre ser virtualmente o ser do outro e não o ser realmente - a rivalidade pela ocupação da posição real que é objecto de admiração. Sempre segundo a terminologia de Girard, o outro transmuta-se de modelo em obstáculo. A admiração pode converter-se em inveja, ressentimento, ódio.

Em nossa opinião, esta teoria do desejo mimético constitui um quadro adequado para compreender a natureza e dinâmica dos escândalos. A teoria tem o seu principal domínio de aplicação à estruturação das sociedades primitivas e arcaicas (cf. GIRARD, 1972). Segundo Girard, a dinâmica do desejo mimético constitui o mecanismo que levou à emergência da ordem social. A cultura, a própria humanidade, teve a sua origem quando um conjunto de indivíduos transferiu, através da mimesis ou cópia dos desejos recíprocos, a raiva de cada um deles contra cada um outro para a raiva que todos dirigiram contra um único indivíduo. O assassinato, o linchamento, de um único indivíduo às mãos de uma colectividade histórica trouxe a paz à comunidade e assim na origem das principais instituições sociais. O indivíduo linchado é um bode expiatório, aquele sobre quem recaem todas as culpas de uma desordem existente.⁵

Não é aqui o momento para analisar em detalhe a forma como o mecanismo do bode expiatório originou a totalidade da cultura humana.⁶ O ponto importante que agora deve ser

⁴ A teoria do desejo mimético de Girard teve recentemente uma importante confirmação ao nível neuro-fisiológico com a descoberta dos neurónios espelho. Esses neurónios simulam e antecipam, ao nível motor, a acção que o outro está efectivamente em vias de realizar, e que eu apenas percepciono; é como se, literalmente, o “eu” que percepciona fosse o “outro” que realmente executa. Portanto, o “eu” é, literalmente, o desejo do “outro”. Para uma resenha cf. RIZZOLARI; SINIGLALIA, 2008.

⁵ A nosso conhecimento, Karen Sanders é o único autor que relacionou o significado espontâneo de “escândalo” tal como aparece nos média com a obra de René Girard. A nossa comunicação segue a mesma linha do trabalho (ainda não publicado) de SANDERS, 2010. Deve contudo notar-se que Sanders associa “bode expiatório” ao ritual específico descrito no Levítico. Na teoria de Girard, o mecanismo do bode expiatório é um processo espontâneo anterior a qualquer ritual de sacrifício, e que portanto não pode ser identificado com o ritual hebraico.

⁶ Em GIRARD, 1978, é mostrado em detalhe como as principais instituições culturais derivam do linchamento primitivo e da ritualização do sacrifício.

realçado – tendo em vista apresentar uma definição geral de escândalo – reside no facto de o desejo mimético que leva à emergência de bodes expiatórios ser um processo genérico no seio do qual se podem distinguir duas grandes fases opostas, separadas pela transição entre elas. *Um escândalo é precisamente a coexistência dessas duas fases opostas.*⁷

A primeira fase pode ser designada por fase ascendente. Essa fase é anterior ao escândalo propriamente dito. Ela designa a situação na qual um indivíduo se torna objecto de atenção por parte de um conjunto mais ou menos numeroso de outros indivíduos. É a fase em que um indivíduo se torna plenamente indivíduo público ao se tornar o ídolo de outros indivíduos. A idolatria pode assentar nos mais diversos tipos de recursos simbólicos, tais como prestígio, celebridade, grandeza poder, riqueza, etc.; hoje em dia, falaríamos do recurso simbólico “visibilidade mediática”. A qualidade que torna um indivíduo objecto de uma atenção mais ou menos fascinada por parte de outros não é uma qualquer qualidade intrínseca do seu ser: ela existe sobretudo nos olhos daqueles que admiram; “ser ídolo” é uma qualidade intangível que apenas existe através daqueles que idolatram. É uma realidade virtual inter-subjectiva gerada por idolatrores e idolatrados. Ela propaga-se por imitação, através da qual cada um copia o objecto de admiração por parte de outros (segundo duas modalidades diferentes, como será mais baixo referido). Esta fase ascendente é a fase do modelo, do ser como objecto de fascínio e admiração.

Num extremo do processo existe a convergência para o ponto fixo da idolatria. A fase oposta ocorre quando o objecto de idolatria se torna objecto de repúdio, estigmatização, ostracização. É a fase que os analistas dos escândalos modernos mais destacam. A fase ascendente transmuta-se em fase descendente. Um indivíduo mais ou menos objecto de atenção fascinada é agora execrado, objecto de uma ostracização colectiva por todos, ou uma parte, daqueles que anteriormente o idolatravam. Segundo a teoria de Girard, o ídolo converte-se em bode expiatório.

Entendemos por escândalo propriamente dito a transição e coexistência entre as duas fases opostas. As razões que determinam a passagem de uma fase para a outra podem ser as mais diversas, no limite insignificantes ou mesmo realmente inexistentes. Como já se assinalou, autores como Thompson ou Jiménez Sanchés definem o escândalo como uma *transgressão*, notando que essa falta tanto pode ser grande como pequena, tanto pode ser real como imaginária. A transgressão cometida – mais exactamente, quando a transgressão, real ou imaginária, é tornada pública –, pode então existir escândalo. Na fase do escândalo propriamente dito, na transição entre as duas fases opostas, as qualidades contraditórias de ídolo e bode expiatório, de objecto de admiração e de ódio, de atracção, repulsa e ostracização, tendem a confundir-se. Mais abaixo, veremos que existe uma razão para que isso aconteça no caso dos escândalos actuais. De momento, repita-se apenas que, na coexistência das duas fases opostas, o indivíduo que atrai torna-se

⁷ Esta dinâmica é descrita por GIRARD, 1986.

igualmente objecto de julgamento, de crítica, de indignação, de invectivas, de estigmatização, quiçá mesmo de raiva e ódio. A admiração atrai e polariza, exactamente do mesmo modo segundo o qual a condenação, ou seja, a repulsa de um, também atrai um número crescente de indivíduos polarizados nessa repulsa. É a coexistência, num mesmo indivíduo, de propriedades ambivalentes ou contraditórias que constitui a atractividade do escândalo.

Como a generalidade dos autores acima citados afirmam, os escândalos são realidades colectivas, estados sociais. Eles constituem um fenómeno intrinsecamente público que resulta da interacção entre o escandaloso e os escandalizados. Actualmente, os escândalos possuem como elemento tornar público (mediático) aquilo que pertence à esfera da vida privada. Numa situação histórica em que conceito de actual de esfera privada, enquanto esfera absolutamente distinta da esfera pública, não existia, o escândalo era um fenómeno totalmente público, no sentido em que ele consistia na difusão, por imitação, do escândalo através de todos os membros da comunidade local. A atitude de invectivação e culpabilização difundia-se de indivíduo para indivíduo e, inevitavelmente, acabava por fazer recair sobre um único indivíduo a fonte de todos os escândalos. Os comportamentos miméticos ostracizantes típicos das sociedades antigas tendiam a produzir *polarizações unânimes* de todos contra um só. De acordo com René Girard, este era o tipo de acontecimento fundador da ordem nas sociedades antigas. A questão reside em saber se ele continua, e de que forma, a operar hoje em dia. Noutros termos, os escândalos modernos, em particular os escândalos mediáticos, participam de uma dinâmica similar à que temos vindo a descrever?

Não parece ser necessário examinar exemplos particulares, escolhidos arbitrariamente de entre uma miríade de exemplos possíveis, para se constatar que, nas suas linhas essenciais, os escândalos contemporâneos exibem uma estrutura que consiste na quase coexistência e transição entre as duas grandes fases que funcionam como os dois atractores do processo. Trata-se de algo quase sempre sublinhado de forma mais ou menos explícita pelos analistas dos intermináveis escândalos que assolam quotidianamente a paisagem mediática. Por exemplo, John B. Thompson refere que o fascínio com os escândalos existente nas sociedades modernas decorre da “tensão que existe entre a aura projectada das figuras públicas e as realidades exibidas das suas vidas privadas” (THOMPSON, 1997, p. 55). A tensão que gera o “fascínio” situa-se precisamente no ponto instável de transição entre a fase de ídolo (a fase da atenção, da grandeza, da aura, do prestígio, do modelo) e a fase marcada pela nódoa que constitui a revelação pública de certos comportamentos privados reprováveis. O fascínio consiste na coexistência de comportamentos ambivalentes ou mesmo contraditórios, mais exactamente na sua coexistência exibida publicamente: agora nódoa perante o público, antes ídolo perante o mesmo público. No momento de máxima intensidade do escândalo, as duas fases como que coexistem simultaneamente no horizonte

perceptivo dos escandalizados, algo para o qual, e voltaremos a referir esse ponto, os *media* modernos podem contribuir decisivamente. Um termo frequentemente utilizado para descrever essa coexistência de comportamentos antagônicos é *hipócrita*, se bem que ele esteja a cair algo em desuso.

Qualquer que seja o comportamento específico que lhe é imputado, o escandaloso sofre sempre uma *queda*. Uma das mais perspicazes observadora dos escândalos contemporâneos, Laura Kipnis, nota a frequente ocorrência nos média de expressões tais como “foi uma espantosa queda do estado de graça” ou “o som dos maxilares caindo no chão podia ser ouvido” (KIPNIS, 2010a: 12). A relação entre a ascensão e a queda pode até ser descrita em termos “quantitativos”:

“Quanto mais alto se está colocado na escala social maior a queda.” (KIPNIS, 2010a, p.7)

Thompson refere o mesmo ponto:

“Quanto mais elevado o indivíduo ... , ou quanto mais o sucesso individual dependeu da projecção de uma imagem de si, mais prováveis são as as revelações que comprometem essas imagens de si...” (THOMPSON, 2000, p. 86)

Aquele que está “alto”, que é “grande”, é aquele cujo ser existe sobretudo *nos outros* (na “projecção da imagem de si”), e será pelos outros que ele cairá. Existe uma relação directa entre as fases de ascensão e queda: quanto maior uma maior a outra. É uma propriedade genérica de múltiplas interacções naturais e sociais: a tendência é que se suba ao extremo de uma fase e de seguida se passe ao extremo da outra.⁸ Contudo, esta última propriedade não parece ser inteiramente verdadeira no que respeita aos escândalos contemporâneos. Ela verificar-se-ia integralmente nas dinâmicas similares existentes nas sociedades antigas, nas quais ocorria uma polarização absolutamente unânime (conduzindo à morte) em torno do bode expiatório; como voltaremos a ver, e essa é uma especificidade dos escândalos modernos, as polarizações colectivas absolutamente unânimes praticamente que desapareceram nas sociedades modernas. A existência de uma maior ou menor polarização, bem como as suas consequências reais, indica simultaneamente uma continuidade e uma descontinuidade dos escândalos modernos em relação a fenómenos análogos que ocorriam nas sociedades antigas. Ou seja, se os escândalos modernos podem ser entendidos como formas de ostracização e perseguição, eles são formas de perseguição bastante atenuadas quando comparadas com fenómenos similares que caracterizaram durante milénios a evolução da humanidade. O que não significa que os escândalos não se multipliquem hoje em dia em quantidades intermináveis e que, aspecto importante, eles não possuam um alcance espacial e uma duração temporal cada vez maior. Esses pontos permitem abordar directamente a questão de

⁸ A existência de duas fases separadas por uma fase instável de transição é uma propriedade genérica dos chamados sistemas complexos (cf. MACHUCO ROSA, 2005, sobretudo as referências aí constantes). Elas são facilmente detectáveis nas bolhas e *crashes* dos mercados financeiros, onde a uma fase de euforia extrema se segue uma fase de pânico igualmente extrema.

saber se existe uma especificidade dos escândalos que se desenrolam nos meios de comunicação tecnologicamente mediados.

Escândalo e média

Sustentámos a ideia de que os escândalos constituem uma realidade antropológica fundamental que é independente dos meios de comunicação modernos. Nesse sentido, o conceito de “escândalo mediático” corre o risco de não possuir qualquer especificidade explicativa própria, visto ser escândalo mediático aquilo que, por definição, é difundido pelos média.... Refira-se de novo que o autor que mais elaborou o conceito de uma realidade própria do escândalo mediático, John B. Thompson, identificou como características desse tipo de escândalo a existência de uma transgressão, que se torna pública, a que se segue uma condenação social levando à queda, à perda da reputação, do escandaloso. Ora, é evidente que tudo isto se pode processar em comunidades nas quais não existem os modernos e sofisticados meios de comunicação. Possivelmente devido a essa evidência, e conforme também já se referiu, Thompson introduziu a distinção entre escândalo mediático e escândalo local. Numa tabela em que resume as diferenças entre os dois tipos de escândalos (THOMPSON, 2000, p.61), nota-se que o próprio dos escândalos mediáticos consiste em que a publicitação, a exibição e o juízo condenatórios são mediados pelos *media*.

É difícil evitar o sentimento de aparente circularidade presente na definição. Apesar da aparente petição de princípio, talvez Thompson seja guiado pela intuição de que algo se alterou com o mais recente advento dos escândalos, isto é, a intuição de que, de facto, os escândalos modernos são efectivamente mediados pelos *media*. Antes de precisar um pouco melhor essa intuição, devemos mencionar rapidamente alguns elementos históricos acerca da emergência dos escândalos mediáticos.

A presença de escândalos nos meios de comunicação remonta quase à origem da imprensa. Sem se fazer aqui uma análise histórica aprofundada (Cf MACHUCO ROSA, 2008 e THOMPSON, 2000, para detalhes), refere-se que um dos primeiros periódicos franceses, o *Mercurie Galant* (fundado em 1672), já centrava boa parte da sua atenção em histórias incidindo sobre as interacções humana directas, por contraposição com um tipo de imprensa centrada em informações objectivas sobre o mundo, em particular informação de natureza comercial. No caso do *Mercurie Galant*, o destaque conferido à transacção dos sentimentos reciprocamente humanos, aos sentimentos que se esgotam nessa reciprocidade, era acompanhado pela emergência de uma postura destinada a ter grande futuro, o *esprit critique*, o espírito crítico que julga e denuncia. Uma evolução algo similar pode ser verificada nalguns periódicos inglês do início do século XVIII, como

o *Tatler* e o *Spectator*. Esses periódicos representaram a emergência de uma esfera pública distinta daquela esfera pública objectiva que, numa obra clássica, J. Habermas (HABERMAS, 1989), definiu como traço saliente da imprensa periódica dos séculos XVII e XVIII. Com a imprensa dos finais do século XVIII, o *esprit critique* viria a tornar-se um instrumento de crítica do poder e da denúncia do segredo parlamentar e governativo, dando origem a uma ambiguidade, a uma linha divisória indistinta – e que permanece até hoje – entre transparência dos actos que concernem a comunidade e aquilo que é julgamento crítico e anátema inter-individual. Se a imprensa inglesa, numa primeira fase, pode ser vista como a simples exigência da publicitação dos actos do poder, já em França, com Revolução Francesa, o *esprit critique* converte-se num “espírito público” de denúncia sistemática, de antagonismo, de exclusão e ostracização do outro. Estão aí presentes todas as ambiguidades de uma noção *sui generis*, a de *quarto poder*, que acompanharam a totalidade da evolução histórica da imprensa (cf. detalhes em MACHUCO ROSA, 2008).

Dessas ambiguidades resultou a chamada “imprensa sensacionalista”, ou “imprensa de escândalos”, sendo relativamente consensual ver no aparecimento da chamada *penny press*, nas décadas intermédias do século XIX, como que a institucionalização desse tipo de imprensa. Um seu momento importante e posterior foi a chamada *yellow press*, associado ao *World* de Joseph Pulitzer e ao *New York Journal* de Willian Randolph Hearst (para mencionar apenas o caso dos Estados Unidos). É conhecido que a *yellow press* representou como que a institucionalização definitiva da “imprensa de escândalos”, devendo no entanto assinalar-se que se o sensacionalismo era para Hearst “um fim em si mesmo, já para Pulitzer era um meio para um fim. Pulitzer via-se a si mesmo como o campeão daqueles que tinham pouca voz ou não tinham voz alguma na comunidade” (SPENCER, 2007). O jornalismo incentivado por Pulitzer era já um jornalismo de “causas”, sendo conhecidos os múltiplos artigos sobre condições laborais, sanitárias, etc. É uma tendência que definitivamente se impôs na imprensa a partir dessa altura, e que permite distinguir *dois tipos* de escândalos: aqueles que incidem directamente sobre as acções de um certo indivíduos e aqueles, como que mais anônimos, que incidem sobre a existência no mundo moderno de inúmeras vítimas inocentes. Estes últimos escândalos são um escândalo supremo que deve ser denunciado, sendo necessário voltar mais abaixo a esse ponto.

Mesmo sem a posse de dados quantitativos rigorosos, é possível ver na evolução da moderna imprensa uma trajectória que a levou a atribuir cada vez mais importância aos dois tipos de escândalos acabados de mencionar. Essa evolução não dependeu de factores endógenos à própria imprensa, mas antes decorreu da dinâmica social que constituiu o factor que contribuiu decisivamente para a emergência durante o século XIX do jornal de massas. Esse factor consistiu naquilo que um contemporâneo da nova imprensa popular, Alexis de Tocqueville (TOCQUEVILLE, 1961) designou pela “igualdade de condições”. Esta significa que, por

contraposição às sociedades antigas, os indivíduos não ocupam mais posições sociais fixas (anteriores ao próprio nascimento). Enquanto nas sociedades antigas, caracterizadas pela desigualdade das posições, essas posições são anteriores aos indivíduos que necessariamente estão destinados a ocupá-las, na igualdade de condições os indivíduos são anteriores às posições que eles contingentemente podem vir a ocupar. Nesse sentido, a igualdade de condições é um estado de maior indiferenciação em que, potencialmente, todos os indivíduos são inter-cambiáveis nas suas posições sociais. Em termos resumidos, esta é a dinâmica que, na sua obra clássica sobre a história do jornalismo nos Estados Unidos, Michael Schudson (SCHUDSON, 1978.) julgou ser responsável pelo surgimento da imprensa de massas. A sua consequência foi que deixou doravante de existir qualquer instituição ou indivíduo imune à crítica, ao julgamento e à denúncia. Os escândalos podem proliferar interminavelmente.

Esses aspectos reflectem dinâmicas sociais profundas que não são causadas pela evolução endógena dos *mass media*. No entanto, a tese de John B. Thompson acerca de escândalos especificamente mediáticos não deixa de ter algum fundamento. Ela baseia-se na intuição de que existe um acontecimento que se desenrola integralmente nos média, num ponto exterior à colectividade ou “opinião pública”. Vistos a partir desse ângulo, pode de facto sustentar-se que os escândalos mediáticos se diferenciam dos escândalos locais. Estes são um processo endógeno de auto-organização, no sentido em que existe um processo de imitação que se propaga localmente de indivíduo para indivíduo e que termina quando todas se unem e convergem contra um único indivíduo indefeso, independentemente de existir ou não algum indivíduo incitador. Ao invés, nos escândalos mediáticos o elemento exógeno existe por definição. Esses escândalos desenrolam-se integralmente nos média, os quais possuem uma posição de exterioridade em relação à sociedade de que eles visam exprimir a autonomia. Essa posição de exterioridade tem uma dinâmica histórica e tende a desaparecer nos novos media digitais (cf. MACHUCO ROSA, 2008). Mas os meios de comunicação clássicos, a imprensa, a rádio e televisão, sempre foram estruturas que funcionam segundo diversos princípios de controlo interno e que se encontram na posição fixa de emissores para um conjunto de indivíduos colocado na, igualmente fixa, posição de receptor. É nesse sentido que eles se encontram em posição de exterioridade, e que portanto difundem para um conjunto mais ou menos indiferenciado de indivíduos, quaisquer que sejam as matizes que os modelos de comunicação de massas introduzam nessa indiferenciação. Em consequência, o escândalo começa, desde o início, desde que “rebenta”, por se difundir “verticalmente”, em vez de “horizontalmente”, como pode tender a suceder em pequenas comunidades ou grupos que não se encontram expostos à influência dos média tecnológicos. Nos escândalos mediáticos, a *imitação* social desencadeia-se a partir dos média, os quais colocam à disposição do público o escandaloso que deve ser flagelado e ostracizado.

Como a sua acuidade habitual, Tocqueville salientou que os média (os jornais, o único tipo de média de massas que ele conhecia) são a forma tipicamente moderna de gerar comportamentos imitativos a partir de uma única fonte:

“Quando os homens já não se encontram ligados entre si de uma forma sólida e permanente, não é possível que um grande número aja em comum a não ser persuadindo cada um daqueles cuja participação é necessária de que o seu interesse particular obriga-o a unir voluntariamente os seus esforços aos esforços de todos os outros. Não é possível fazer isso habitualmente e de modo simples a não ser com a ajuda de um jornal; apenas um jornal pode colocar ao mesmo tempo um mesmo pensamento em milhares de espíritos”
(TOCQUEVILLE, 1961, II, 6).

Não se podendo entrar aqui numa discussão acerca das mudanças na cultura jornalística que terá contribuído para a proliferação de escândalos mediáticos, é possível pensar a actividade dos média como uma forma de colocar uma acusação no espaço público, a qual é depois reproduzida, através da imitação, por importantes fragmentos da sociedade. Os média são responsáveis pela difusão da fase descendente do escândalo, exactamente no mesmo sentido em que são responsáveis pela fase ascendente: o escândalo mediático incrimina um certo indivíduo que, na maior parte dos casos, mas nem sempre, era ele próprio um ídolo, isto é, um indivíduo mediático.

Os escândalos mediáticos são “verticais”, mais que “horizontais”. Mas como Thompson também viu, existem profundas diferenças entre os escândalos mediáticos e locais se considerarmos as dimensões do espaço e do tempo. Existe diferença na dimensão do espaço na medida em que os média conferem aos acontecimentos uma visibilidade e alcance potencialmente universal, abrangendo, actualmente, a humanidade inteira. Existe diferença na dimensão do tempo na medida em que os média articulam uma narrativa sobre o escândalo com uma duração seguramente muito superior ao carácter mais ou menos efémero dos escândalos locais. Mesmo se é necessário voltar mais abaixo às razões que prolongam os escândalos no tempo, já é possível referir de que modo os média como que tornam mais presente a coexistência de duas fases opostas que vimos caracterizar os escândalos. De facto, devido a operarem na continuidade indiferenciadora do espaço e do tempo, os média exibem realmente, numa quase que simultaneidade espaço-temporal presente no horizonte perceptivo dos escandalizados, a coexistência das duas fases opostas: agora nódoa perante o público, antes ídolo perante o mesmo público.

Escândalo e Cristianismo

Os condicionalismos específicos que os média introduzem nos escândalos não devem fazer esquecer as diferenças profundas entre as perseguições colectivas existentes nas sociedades antigas e os julgamentos também persecutórios hoje em dia conduzidos no espaço dos média. As perseguições colectivas arcaicas eram levadas até ao fim, no sentido que podiam conduzir à morte (ao assassinato) de um indivíduo e ao eterno retorno do religioso. Elas tinham um

absoluto efeito catártico, pois o julgamento e execução colectiva consistia na transferência da raiva da comunidade em direcção a um único indivíduo (GIRARD, 1972). Os escândalos mediáticos contemporâneos são, naturalmente e felizmente, formas extremamente atenuadas desse tipo de violência. As polarizações absolutamente unânimes em torno de um único indivíduo, e que fundavam a ordem social, praticamente que desapareceram no mundo moderno.

As polarizações das sociedades ancestrais eram absolutamente unânimes porque os escandalizados acreditavam cegamente na culpa do escandaloso. Os escândalos modernos estão longe de ser alimentados por tais crenças cegas unânimes. Os escândalos modernos não são unívocos e estão perpassados por *dissidências*. Existe a consciência, a dúvida, de que o escandaloso talvez não tenha sido realmente escandaloso, e que, ponto fundamental, possivelmente ele está inocente e a sua perseguição é arbitrária e injusta. Ou seja, tornámo-nos perspicazes na capacidade em reconhecer a injustiça das perseguições e em *criticá-las*. Esse é o fenómeno presente na suspeita com que passámos a encarar muitas revelações de escândalos; na verdade, essa suspeita está presente na crítica incessante da “imprensa de escândalos”, da “imprensa sensacionalista”. Começámos a suspeitar dos próprios escândalos, daquilo que, em termos significativos, designamos por julgamentos na praça pública - uma expressão que todos sabemos reenviar para formas arcaicas de justiça.

A inexistência de polarizações unânimes, ou seja, a existência de dissensões sobre culpabilidade ou não culpabilidade bem como a crítica daqueles que criticam e julgam, é um aspecto típico dos modernos escândalos exibidos mediaticamente. É muito possivelmente essa falta de unanimidade que contribui de forma decisiva para a já acima referida longa duração dos escândalos nos média. Afirma-se que os média se alimentam de escândalos e os exploram até à exaustão, mas isso apenas é possível num mundo no qual a possibilidade de alegação e contra-alegação em torno de vítimas ou não vítimas, de inocentes ou não inocentes, se tornou um valor absoluto.

Esta atitude não deixa de ser ambígua, visto dar origem a escândalos que podemos designar de segundo grau, nos quais criticamos e julgamos aqueles que criticam e julgam, sendo conhecido até que ponto os média se tornam eles próprios escandalosos por divulgarem supostos escândalos. Criticamos aqueles que criam escândalos, na posse do saber implícito de que os escândalos podem ser perseguições assentes na mentira, na impostura ou na ilusão. Ficamos então com o dever de denunciar todo o tipo de escândalos, qualquer tipo de perseguição. A fonte principal dos escândalos passa então a ser quando cada um falta ao seu dever de denunciar os escândalos. Esse pode ser o maior dos escândalos.

Qual é actualmente o maior dos escândalos? Os usuais escândalos sexuais, financeiros, de abuso de poder, são como que insignificantes escândalos quando comparados com o

maior dos escândalos, o escândalo que crescentemente, durante o último século, tem vindo a ocupar o palco principal dos escândalos mediáticos. Este é um segundo tipo de escândalos, mais anônimo e indiferenciado, sem se polarizar necessariamente sobre um determinado indivíduo. Ele é o maior dos escândalos, e o maior dos escândalos é o escândalo de não cumprirmos devidamente o nosso dever perante o valor absolutamente dominante da civilização ocidental, e cada vez mais da civilização humana universal: a protecção e defesa de todas as vítimas inocentes (GIRARD, 1998). Onde se originou essa preocupação, a preocupação por todo o tipo de injustiça, vítimas, crianças, incapacitados, pobres, economicamente desfavorecidos; em suma, de todo e qualquer indivíduo que possa ser considerado excluído, indefeso, *escandalizado* ? Essa é uma ideia que o cristianismo introduziu no mundo, e, de facto, a evolução do uso do conceito de escândalo na Bíblia mostra como este acabou por se aplicar cada vez mais a Jesus Cristo. Jesus Cristo tornou-se “a pedra angular” de todos os escândalos, o escândalo supremo.

“Ao Senhor dos exércitos que deveis glorificar; a Ele que é preciso respeitar, a Ele é que se deve temer. Ele será a pedra de escândalo e a pedra de tropeço para a duas casas de Israel.” (Is, 8, 13-14)

Como escreve René Girard:

“A vítima fundadora revelada e o papel que Cristo desempenha nessa revelação constitui o escândalo por excelência (...). É por que isso que não existe vítima que não seja ele, e não podemos vir em ajuda de qualquer vítima sem vir em ajuda a ele.” (GIRARD, 1978, p. 451)

A denúncia de toda e qualquer forma de perseguição, espiritual ou material, a protecção dos desfavorecidos, de qualquer tipo de vítima, é o nosso valor absoluto. Cristo é o nosso modelo, incessantemente repellido pelos omnipresentes escândalos. Estes medem a distância entre o modelo e o obstáculo. A imprensa instalou-se precisamente na crítica dessa distância, ao se afirmar a si própria como exigência de transparência, denúncia e justiça. Ao fazê-lo desenvolveu o espírito crítico de origem cristã.⁹ Mas a ambiguidade ficou também então instalada quando o espírito crítico se tornou crítica persecutória e assim fonte interminável de novos escândalos.

“Não julgueis para que não serdes julgados, pois, conforme o juízo com que julgardes, assim sereis julgados; porque com o juízo com que julgais, sereis julgados; e com a medida com que medirdes, assim sereis medidos. Porque reparas no argueiro que está no olho do teu irmão e não vês a trave que está no teu olho? Como ousas dizer ao teu irmão: Deixa-me tirar o argueiro do teu olho, tendo tu uma trave no teu? Hipócrita! tira primeiro a trave do teu olho; e então verás para tirar o argueiro do olho do teu irmão.” (Mt, 7, 1-5)

Conclusão

Nesta comunicação apresentamos uma definição geral de escândalo que situa esse tipo de fenómeno numa perspectiva antropológica. Mesmo se se tem assistido à proliferação dos chamados escândalos mediáticos, sustentámos que os escândalos são processos que não dependem necessariamente da existência dos modernos meios de comunicação de massas. A nossa fonte de

⁹ Sobre a o origem cristã das modernas ideias liberais, cf. NEMO, 2005.

inspiração foi sobretudo a obra de René Girard, na crença de que ela não apenas propõe a teoria correcta acerca do processo de humanização, mas também permite articular teoricamente o significado de certas expressões que ocorrem espontaneamente no senso comum, de que “escândalo” constitui um dos principais exemplos.

Mesmo sem procedermos a qualquer análise empírica, identificámos dois tipos principais de escândalos. Um tipo que explicitamente envolve a queda de um indivíduo que, em termos genéricos, designámos por “ídolo”. Um outro, mais anónimo e indiferenciado, que respeita à exigência absoluta de protecção de qualquer tipo de vítima. Referimos que esse segundo tipo apenas é inteligível num universo no qual o cristianismo, isto é, as ideias cristãs, são cada vez mais influente. Essa influência não deixa de ser ambígua, na medida em que, através da crítica e da denúncia, ela pode originar novas formas de perseguição, e assim retomar a dinâmica dos escândalos do primeiro tipo. Em qualquer dos casos, salientamos que os escândalos são fenómenos intrinsecamente sociais, no sentido em que exprimem uma realidade colectiva. Os escândalos consistem nessa realidade colectiva. Nesse sentido, o conceito de escândalo poderá constituir uma das vias que permite abordar de novo o velho debate acerca da existência ou não de representações colectivas.

Um ponto a que aludimos brevemente, que também poderá vir a ser abordado à luz do conceito de escândalo, consiste na evolução da distinção entre esfera privada e esfera pública. Os escândalos modernos consistem na publicitação de algo secreto e privado. Eles como que se situam na linha de transição entre o privado. Nesse sentido, seria interessante ver como a proliferação mediática de escândalos participa de um dinâmica social profunda de erosão da fronteira entre vida privada e vida pública. Os média modernos constituíram uma factor dessa erosão, favorecendo a existência de um cada vez maior espaço de exposições públicas. Será tentar mostrar como a imprensa, participando da dinâmica social da modernidade, como que estava destinada a assumir o papel de crítico, de juiz e de denunciador de todo o tipo de escândalos, um papel que está longe de ser neutral. Será finalmente interessante pensar os novos meios digitais em rede como um gigantesco das exposições públicas. A ser assim, pode prever-se que os escândalos vão continuar a proliferar cada vez mais, constituindo um dos aspectos essenciais da cultura moderna.

Referências bibliográficas

CANEL, M.; SANDERS, K., *Morality Tales: Political Scandal and Journalism in Britain and Spain in the 1990s*, Cresskill, NJ: Hampton Press, 2006.

GARRARD, J., "Scandals: An overview". Em: John GARRARD; James L. NEWELL (eds.), *Scandals in Past and Contemporary Politics*, Manchester. Manchester University Press, pp. 13-29, 2006.

GARRARD, J.; NEWELL, J., *Scandals in Past and Contemporary Politics*, Manchester. Manchester University Press, 2006.

GIRARD, R., *Mensonge Romantique et Vérité Romanesque*, Paris. Grasset, 1961.

GIRARD, R., *La Violence et le Sacré*, Paris. Grasset, 1971.

GIRARD, R., *Des choses cachées depuis la fondation du monde*, Paris. Grasset, 1978.

GIRARD, R., *La Route antique des hommes pervers*, Paris. Grasset, 1985.

GIRARD, R., *Je vois Satan tomber comme l'éclair*, Paris. Grasset, 1999.

HABERMAS, J., *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Cambridge. Mit Press, 1989.

JIMÉNEZ SÁNCHEZ, F., "Posibilidades y Limites del Escandalo Politico como una Forma de Control Social", *Reis*, 66, pp. 7-36, 1994.

JIMÉNEZ SÁNCHEZ, F., "The Politics of Scandal in Contemporary Spain. Morality Plays, Social Trust and the Battle for Public Opinion", *American Behavioral Scientist*, 47 (8): 1099-1121, 2004.

KIPNIS, L., *How to Become a Scandal: Adventures in Bad Behavior*, Metroponitan Books. New York, 2010a.

KIPNIS, L., "Why We Can't Live Without Them", *Slate*, Agosto-Setembro, 2010b. Acessível em: <http://www.slate.com/id/2263736/entry/2264954>

LULL, J.; HIMERMAN, S. (Eds.), *Media scandals: Morality and desire in the popular culture marketplace*, New York. Columbia University Press, 1997.

MACHUCO ROSA, A., *Cinco Lições sobre Comunicação, Redes e Tecnologias da Informação – da Cibernética ao Copyright*, Lisboa. Vega, 2006.

MACHUCO ROSA, A., *A Comunicação e o Fim das Instituições: Das Origens da Imprensa aos Novos Media*, Lisboa. Edições Universitárias Lusófonas, 2008.

NEMO, P., *O que é o Ocidente?*, Lisboa. Edições 70, 2005.

NEWELL, J., “Sex, lies and public money: Recent scandals in Britain and Italy”. Apresentação à *60th Annual Conference of the UK Political Studies Association*, Edinburgh, 2 March – 1 April 2010.

RIZZOLATI, G., SINIGAGLIA, C., *Les Neurones Miroirs*, Paris. Odile Jacob, 2008.

SANDERS, K., “Scandals and Scapegoats. The Journalism of Outrage in the Age of the Mediapolis”. Apresentação no Mestrado em Ciências da Comunicação, FLUP-UP, Março de 2010.

SCHUDSON, M., *Discovering the News: A Social History of American News-papers*, New York: Basic Books, 1978.

SPENCER, D., *The Yellow Journalism - The Press and America's Emergence as a World Power*, Evanston. Northwestern University, 2007.

THOMPSON, J., *The Media and Modernity: A Social Theory of the Media*, Cambridge. Polity Press, 1995.

THOMPSON, J., *Political Scandal: Power and Visibility in the Media Age*, Cambridge. Polity Press, 2000.

TOCQUEVILLE, A., *De la Démocratie en Amérique*, vol. II, Paris. Gallimard, 1961.

WAISBORD, S., *Watchdog journalism in South America: News, democracy and accountability*. New York-Columbia University Press, 2000.